

# **PREGÃO ELETRÔNICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Roseli Rodrigues Novais<sup>1</sup>

**RESUMO:** A necessidade de acompanhar os processos de tecnologia de comunicação, obrigou a Administração Pública a reformular os procedimentos de contratação até então adotados. O presente artigo tem por objetivos ressaltar a importância da adoção do uso da modalidade pregão eletrônico, destacando a legislação pertinente, os benefícios e sua evolução. Fruto de realização de pesquisa bibliográfica, internet, acervo público e particular, efetuando uma abordagem quantitativa-qualitativa, o presente trabalho revela que há viabilidade da utilização da modalidade pregão eletrônico na administração municipal, tendo em vista os resultados positivos quanto ao uso nos municípios de Colatina-ES, Palmital-SP, Ariquemes-RO e Cacoal-RO, e dados do SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, que mostram uma forte tendência na evolução da utilização desta modalidade destacando a economia gerada.

**Palavras Chave:** Pregão Eletrônico. Pregão.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos tem ocorrido um acelerado crescimento da modernização e informatização dos meios de comunicação e devido a esse fato, surgiu a necessidade de encontrar soluções que visem à desburocratização dos processos de contratação adotados pelos órgãos da Administração Pública, seja ela: Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, a fim de informatizar a relação existente entre Administração e Administrados, de tal maneira que esses processos confirmem à Administração, meios mais eficientes para atingir o interesse público.

Por meio da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o Governo Federal estabeleceu o Pregão Eletrônico como nova modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, onde a disputa pelo fornecimento é realizada em sessão pública por meio de propostas e lances via internet, onde o critério de classificação e de habilitação do licitante é o de menor preço.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, *Campus* de Cacoal, sob a orientação do prof. Ms. Adriano Tumelero.

Visto que essa modalidade superou as expectativas de seus idealizadores e dos interessados em contratar com a Administração Pública e diante dos bons resultados até então apresentados, entidades governamentais têm constatado e divulgado inúmeras matérias demonstrando a redução dos custos obtidos e os benefícios gerados na aquisição de bens ou serviços contratados por meio dessa modalidade.

Diante do exposto se faz relevante, a utilização e aplicação do Pregão Eletrônico na Administração Pública, pois tem inovado as contratações feitas pelo Governo, apresentando inúmeras vantagens aos entes públicos, devido as suas características de agilidade, economia, ampla divulgação, desburocratização, publicidade e eficiência na contratação.

Tentando evidenciar a importância da evolução ocorrida nos procedimentos licitatórios constitui-se objetivo desta pesquisa destacar a legislação pertinente à licitação na modalidade pregão eletrônico; examinar a modalidade pregão eletrônico aplicada na prefeitura de Cacoal; verificar e identificar os benefícios gerados por meio de sua implantação no município de Cacoal e outros municípios do Brasil que também adotam essa modalidade; levantar dados sobre evolução da realização do Pregão Eletrônico.

## **2 EMBASAMENTO TEÓRICO**

### **2.1 PREGÃO ELETRÔNICO**

O Governo Federal ao longo das últimas décadas vem atuando metodicamente na evolução e aprimoramento da legislação sobre as licitações, buscando desenvolver novas formas de aquisição de bens e serviços, visando uma racionalização dos processos de compras e contratações. Várias foram as medidas adotadas, uma sequência de medidas provisórias: decretos, decretos-lei e leis, no entanto, com o passar do tempo essas medidas tornaram-se obsoletas, arcaica e dispendiosa ao erário público.

Com o intuito de minimizar os impactos burocráticos causados pelas modalidades usadas, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão direcionou esforços para criar uma nova modalidade de licitação que atendesse os anseios mais emergentes do Governo, Fornecedores e da Sociedade. Assim sendo, em 4 de maio de 2000, por meio da medida provisória nº 2.026 institui-se o pregão como nova modalidade de licitação, inicialmente no âmbito da União, posteriormente sofreu inúmeras reedições até ser convertida na Lei 10.520,

de 17 de julho de 2002 e estendeu sua utilização para Estados, municípios e Distrito Federal (SANTANA, 2006, p. 33).

A ementa do decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005 regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns e conforme permissivo legal disposto no artigo 2º da Lei nº 10.520/2002 autoriza a realização do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (BITTENCOURT, 2005, p.25).

Essa modalidade inverteu as fases da licitação e possibilitou aos órgãos autores da licitação, negociar com fornecedores privados o melhor preço, desde que as aquisições sejam de bens e serviços “comuns”, normalmente se tratam de bens e serviços oferecidos por múltiplos fornecedores e cujos padrões de qualidade e desempenho possam ser objetivamente definidos pelo edital (SILVA, 2002, p.34).

Segundo Bittencourt (2005, p.33):

O Artigo 2º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 define o Pregão na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita a distância em sessão pública, por meio de sistema que provoca a comunicação pela internet.

Para Justen Filho, (p.220 2005):

[...] O Pregão na forma eletrônica, consiste na modalidade de licitação pública, de tipo menor preço, destinada à seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de bem ou serviço comum, por meio de propostas seguidas de lances, em que os atos jurídicos da Administração Pública e dos interessados desenvolvem-se com utilização dos recursos da tecnologia da Informação, valendo-se especialmente da rede mundial de computadores (Internet). A disciplina do Dec.nº 5.450, ampliou a utilização dos recursos da Tecnologia da Informação para além do previsto no regulamento revogado. Assim permanece a concepção de que a peculiaridade do pregão eletrônico residirá na ausência de sessão coletiva, reunindo a presença física do pregoeiro, de sua equipe de apoio e dos representantes dos licitantes num mesmo local determinado. No pregão eletrônico, os interessados não comparecem a um certo local portando envelopes para exame das propostas. Nem existirá sucessão de lances através da palavra oral dos interessados. Enfim, tudo aquilo que se previu a propósito do pregão será adaptado a um procedimento em que as comunicações se fazem via eletrônica. Valendo-se dos recursos propiciados pela internet, cada interessado utilizará um terminal de computador, conectando-se aos serviços ofertados pela própria Administração. As manifestações de Vontade dos interessados serão transmitidas por via eletrônica, tudo se sujeitando a uma atuação conduzida pela pessoa do pregoeiro. Essa atuação envolve a gestão não apenas do processo licitatório mas também do próprio sistema eletrônico [...].

Para Bittencourt (2005 p.31): “Pregão eletrônico nada mais é que um pregão realizado à distância, guardadas as devidas diferenças em virtude das peculiaridades dessa forma”.

De modo geral, o pregão eletrônico é semelhante ao presencial, no entanto não exige a presença física do participante, apesar de apresentar algumas características típicas da

modalidade, como não possuir limite de valores para a contratação, possibilita a negociação direta do licitante com a Administração nos casos previstos na lei que o rege, além de tornar o processo de contratação mais rápido que as outras modalidades por inverter as fases; primeiro são realizados os lances para depois serem verificados os aspectos relativos a habilitação. As aquisições restringem a aquisição de bens e serviços comuns (SANTANA, 2006, p.27).

## **2.2 O QUE PODE SER LICITADO**

A lei estabelece que a modalidade Pregão seja destinada a aquisição de bens e serviços comuns, os quais estão conceituados no parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520 de 2002 como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

Para Justen Filho, (2005, p.30): “Bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

Os Bens e serviços comuns constam do anexo II do decreto nº 3.784, de 2001, são exemplos de Bens de Consumo: Água mineral, combustível e lubrificante, gás, gênero alimentício, material de expediente, material hospitalar; e Bens Permanentes: mobiliário, equipamentos em geral, exceto bens de informática, utensílios de uso geral, veículos automotivos em geral, microcomputador de mesa ou portátil (“notebook”), monitor de vídeo e impressora (BITTENCOURT, 2005, p.205, 206).

Alguns exemplos de Serviços Comuns: serviços de apoio administrativo, digitação, manutenção, hospitalar, jardineiro, motorista, serviços gráficos, serviços de filmagens, serviços de telecomunicações, serviços de transportes, serviços de fornecimento de energia entre outros (BITTENCOURT, 2005, p.206, 207).

É importante ressaltar que o rol dos bens e serviços comuns é exemplificativo e serve para orientar o administrador na definição do bem ou do serviço, haja vista a possibilidade de se licitar outro objeto considerado comum que ainda não conste no rol de bens e serviços contidos no Anexo II (JUSTEN FILHO, 2005, p.32).

## **2.3 EQUIPE ENVOLVIDA NA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

O pessoal envolvido no processo de realização do pregão possui responsabilidades e requisitos específicos.

A autoridade competente do pregão é o dirigente responsável pela administração das compras e contratações, compete a ele determinar a abertura da licitação, estabelecer os requisitos e critérios que regem a licitação e execução do contrato, nomear o pregoeiro e os integrantes da equipe de apoio, decidir os recursos e determinar a celebração do contrato essas atribuições podem ser delegadas a um servidor como agente de compras ou ordenador de despesas visando agilizar as decisões e procedimentos (SILVA, 2002, p.39,40).

O pregoeiro é o servidor designado a critério da autoridade competente, por meio de Decreto, Resolução, Portaria ou Ato da Superintendência ou da Diretoria, conforme a natureza da entidade poderá ocorrer para período de um ano, admitindo se reconduções, ou para licitação específica, devendo o servidor possuir qualificação profissional e capacitação em curso de capacitação específica (SILVA, 2002, p.42).

De acordo com o Art. 11 do Decreto 5.450/05, cabem ao pregoeiro:

- I- coordenar o processo licitatório;
- II- receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiadas pelo setor responsável pela sua elaboração;
- III- conduzir a sessão pública na internet;
- IV- verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- V- dirigir a etapa de lances;
- VI- verificar e julgar as condições de habilitação;
- VII- receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII- indicar o vencedor do certame;
- IX- adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X- conduzir os trabalhos de equipe de apoio e;
- XI- encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade superior e propor a homologação.

A equipe de apoio ao pregão auxilia o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório, os integrantes selecionados para integrarem a equipe na sua maioria são servidores de cargo efetivo apesar de poder ser exercida por ocupantes de cargo comissionados ambos deverão possuir conhecimento técnico sobre o objeto pretendido.

O procurador ou apoio jurídico do órgão ou entidade é responsável por emitir um parecer jurídico para o processo de instauração da licitação modalidade pregão, de maneira que justifique a legalidade do edital de licitação (SILVA, 2002, p. 44).

## 2.4 CREDENCIAMENTO

Conforme Bittencourt (2005, p. 77): “Credenciamento consiste no ato administrativo de verificação da pessoa física ou jurídica reivindicante, através do qual lhe é atribuída à faculdade de acesso e participação como licitante de pregões eletrônicos”. É procedimento obrigatório previamente realizado mediante a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, devendo o licitante responsabilizar-se legalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo eventuais danos advindos do uso indevido da senha por terceiros.

O Pregão Eletrônico é conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP, que atua como provedor do sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

A SLTI/MP efetua a cessão, para uso, de seu sistema eletrônico para os órgãos ou entidade dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante celebração de termo de adesão.

Para a operacionalização da sistemática de Pregão Eletrônico deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico, a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes interessados em participar do pregão, na forma eletrônica.

## 2.5 AS FASES DO PREGÃO

As fases do pregão são basicamente duas uma fase interna e outra externa. Sobre a fase interna leciona Santana (2006, p.35):

A primeira inicia-se com abertura do processo licitatório pela autoridade competente contendo as seguintes informações:

- a) Justificativa da necessidade da compra/contratação (Pedido, requisição)
- b) Definição do objeto a ser licitado;
- c) Objeto estimativo;
- d) Disponibilidade orçamentária;
- e) Autorização, justificativa da contratação;
- f) Elaboração do edital;

Na segunda fase denominada Fase externa do Pregão Eletrônico segue-se os seguintes passos, conforme esta definida e divulgada no site do TCM:

- a) Terá início a sessão, a partir do horário previsto no edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições do edital;
- b) Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos. Entretanto, só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado no sistema eletrônico;
- c) Havendo dois ou mais lances de mesmo valor, prevalece aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar;
- d) Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, do valor do menor lance registrado, vedada identificação do detentor do lance;
- e) A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá o tempo de até 30 minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- f) O pregoeiro anunciará pelo sistema o licitante vencedor;
- g) Para os recursos e as contra-razões, será utilizado exclusivamente o sistema eletrônico, através de formulários próprios;
- h) O licitante vencedor deverá comprovar a sua habilitação, mediante encaminhamento da documentação via fax, com posterior envio dos originais, ou cópias autenticadas;
- i) Todos os procedimentos da sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico;
- j) Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital;
- k) Atendida as exigências fixadas no edital, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto;
- l) Cumpridos todos os procedimentos da licitação, a autoridade competente a homologará e chamará o licitante vencedor para assinar o contrato no prazo do edital.

## 2.6 MODALIDADES DE LICITAÇÕES UTILIZADAS NO MUNICÍPIO DE CACOAL

No município de Cacoal são utilizadas todas as cinco modalidades de licitação contidas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

**Art. I** - concorrência;

II - tomada de preços;

III - convite;

IV - concurso;

V - leilão;

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto cadastrado ou não, escolhida e convidados em número mínimo e 3 (três), pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seus interesses com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis previstas no Art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

E mais a modalidade pregão, institucionalizada pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e os decretos nºs 3.555/00 e 5.450/05, que regulamentam respectivamente, o pregão presencial e o eletrônico.

## **2.7 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PREGÃO ELETRÔNICO**

Segundo Santana (2006, p. 50): “Os princípios são a ‘alma’ da lei, de quem não se separam enquanto esta viger”.

Consoante afirma Bittencout (2005, p. 52): “Os princípios jamais deveriam fazer parte das normas regulamentares, mas sim da lei que dispõe sobre as regras gerais, tal como regrado no art.3º da lei nº 8.666/1993, recebendo destaque especial, porquanto denotam reafirmação de parâmetros éticos e morais”.

Os princípios são considerados essências para o bom andamento de uma licitação, pois objetiva transparência na contratação de bens e serviços com a Administração Pública, engloba todas as áreas do Direito e estão implícitos em toda norma jurídica.

As enumerações dos princípios licitatórios esta diretamente vinculada ao art.37 da Constituição Federal de 1988 e como já incide no regulamento do pregão presencial reproduz se este dispositivo o art. 3º da Lei 8666/1993, condicionando a realização do pregão eletrônico aos princípios da igualdade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, acrescido do princípio da eficiência, elevado a princípio pela emenda constitucional nº 19/1998, compreendendo também os princípios correlatos: competitividade, justo preço, celeridade, menor melhor preço e transparência (BITTENCOURT, 2005, p.53).

Os princípios identificados como regentes da sexta modalidade licitatória é exemplificativa e não exaustiva e não existe hierarquia entre eles, havendo apenas maior ou menor peso diante de cada caso concreto (SANTANA, 2006, p.51).



### **2.7.1 Princípio da Legalidade**

Objetiva a verificação de conformidade de todo o procedimento estabelecido no certame com as normas legais vigentes. Desta forma constitui um direito subjetivo do administrado que pode exigir transparência e seriedade na gestão dos governantes (DI PIETRO, 2006, p.354).

### **2.7.2 Princípio da Impessoalidade**

Implica que o procedimento licitatório seja destinado a todos os interessados sem qualquer tipo de favorecimento, priorizando pela escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública (BITTENCOURT, 2005, p.53).

### **2.7.3 Princípio da Moralidade**

Não veda somente as atitudes ilícitas, ainda impõe que os licitantes devem adotar uma conduta honesta, justa, agir de acordo com os bons costumes e valores consagrados por toda a sociedade (DI PIETRO, 2006, p.355).

### **2.7.4 Princípio da Igualdade**

Assegura o direito de oportunidade a todos os interessados em contratar com a Administração Pública. Este princípio está expresso no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e o artigo 5º da Lei 10.520/02 estabelece vedações de atos que impliquem preferência de determinados licitantes e atos que poderiam limitar a participação no certame (SANTANA, 2006, p.53).

### **2.7.5 Princípio da Publicidade**

Conferem direitos através do quais os envolvidos na licitação podem fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores públicos em todas as fases do procedimento (DI PIETRO, 2006, p.356).

No pregão eletrônico este princípio está explícito no artigo 5º do Decreto 5.540 de 05 de maio de 2005, e garante também o direito do cidadão e do licitante a apresentarem impugnações e pedidos de esclarecimentos ao pregoeiro.

### **2.7.6 Princípio da Probidade Administrativa**

Implica no dever do Administrador público de agir de forma íntegra, justa, transparente e honesta, privando pelo bem estar da coletividade. Elucidando que, a Improbidade Administrativa, está sujeita as sanções previstas no §4º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, na forma e gradação, nas Leis nºs 8429/92 e 10.028/00 (SANTANA, 2006, p.54).

### **2.7.7 Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**

Impede que as regras impostas pela Administração Pública sejam alteradas, descumpridas ou que sejam criados critérios diferenciados daqueles estabelecidos no edital, evitando que tais alterações prejudiquem os participantes do certame (DI PIETRO, 2006, p.357).

### **2.7.8 Princípio do Julgamento Objetivo**

Visa evitar que o julgamento da proposta não pode conter preferências, ou seja, injusto e que os critérios adotados atendam aos fixados no edital e respaldados na lei (MOTTA, 2005, p.84).

### **2.7.9 Princípio da Eficiência**

Estabelece que os atos da Administração Pública sejam coerentes e racionais quanto à utilização dos recursos públicos, de forma transparente e eficaz para atingir a finalidade (SANTANA, 2006, p.55).

### **2.7.10 Princípio da Competitividade**

Objetiva permitir que o maior número de pessoas tenha acesso a contratação com a Administração Pública (SANTANA, 2006, p.55).

### **2.7.11 Princípio do Justo Preço**

Determina que o bem ou o serviço adquirido pela Administração Pública tenha um preço condizente com os valores praticados no mercado, de tal maneira que este processo saia viável também para os fornecedores (SANTANA, 2006, p.55).

### **2.7.12 Princípio da Celeridade**

Consiste em garantir um procedimento licitatório rápido e breve pois objetiva que a contratação do serviço ou a aquisição do produto seja feita com agilidade e presteza (SANTANA, 2006, p.56).

### **2.7.13 Princípio da Transparência**

Visa ampliar o acesso do cidadão à Gestão Pública pois permite a divulgação de todas as etapas e os envolvidos no processo de compras (SANTANA, 2006, p.56).

### **2.7.14 Princípio do Menor Melhor Preço**

Consiste na obtenção de produtos com qualidade satisfatória por preços moderados e baratos dentro dos praticados no mercado (SANTANA, 2006, p.56).

Por haver nas normas regentes do Pregão Eletrônico outros princípios além dos citados, os mesmos não se esgotam nos relacionados, pois foi enfatizado aqueles que se destacam e que são freqüentemente adotados entre os doutrinadores no tocante aos princípios básicos usados nesta modalidade em específico.

## **3. COLETA DE DADOS**

Os dados coletados foram obtidos junto à prefeitura de Cacoal – RO, no dia 11 de maio de 2007 por meio de entrevista com o responsável pela Comissão Permanente de Licitação, onde foi aplicado questionário contendo 06(seis) questões subjetivas concernentes à realização do pregão eletrônico no município, sendo o mesmo devolvido através de correio eletrônico no dia 18.05.2007. Com o intuito de fazer uma análise dos benefícios advindos de sua implantação, buscou-se por meio de pesquisas bibliográficas e consulta via internet, informações sobre alguns municípios brasileiros que também utilizam essa modalidade.

### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Para execução desta pesquisa foi efetuada uma abordagem quantitativo-qualitativa, envolvendo estudo de caso, levantamentos bibliográficos, internet, acervo públicos e particulares e dados por meio de pesquisas e literaturas pertinentes ao assunto.

### 3.2 MÉTODO DEDUTIVO

Conforme Gil,(1999, p.12):

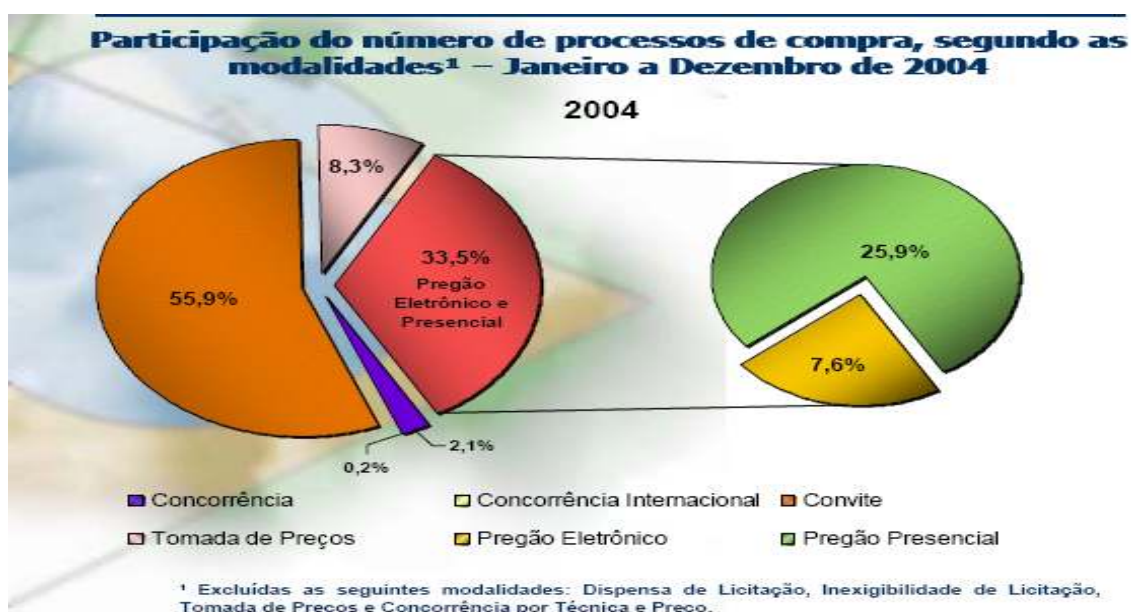
Método proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz que pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, em análise do geral para o particular, chega a uma conclusão.

## 4. COMPARAÇÃO ENTRE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

Pregão presencial exige a presença física dos participantes do certame, o credenciamento é feito perante o pregoeiro, o recebimento dos envelopes contendo as propostas e a documentação ocorre em sessão pública, à proposta de preços é escrita e os lances são verbais e sucessivos. Distintamente ocorre no eletrônico, o credenciamento é feito perante o provedor do sistema eletrônico, a sessão é virtual ocorre por meio da internet, o recebimento da proposta pode ocorrer desde a publicação do edital, a proposta e os lances são digitados em meio eletrônico, o licitante deve ofertar lances menores que o próprio lance anterior. É possível identificar pontos positivos e relevantes entre as duas formas de pregão o Pregão eletrônico gera uma simplificação significativa nos procedimentos adotados (SANTANA, 2006, p. 216,217,218, 219).

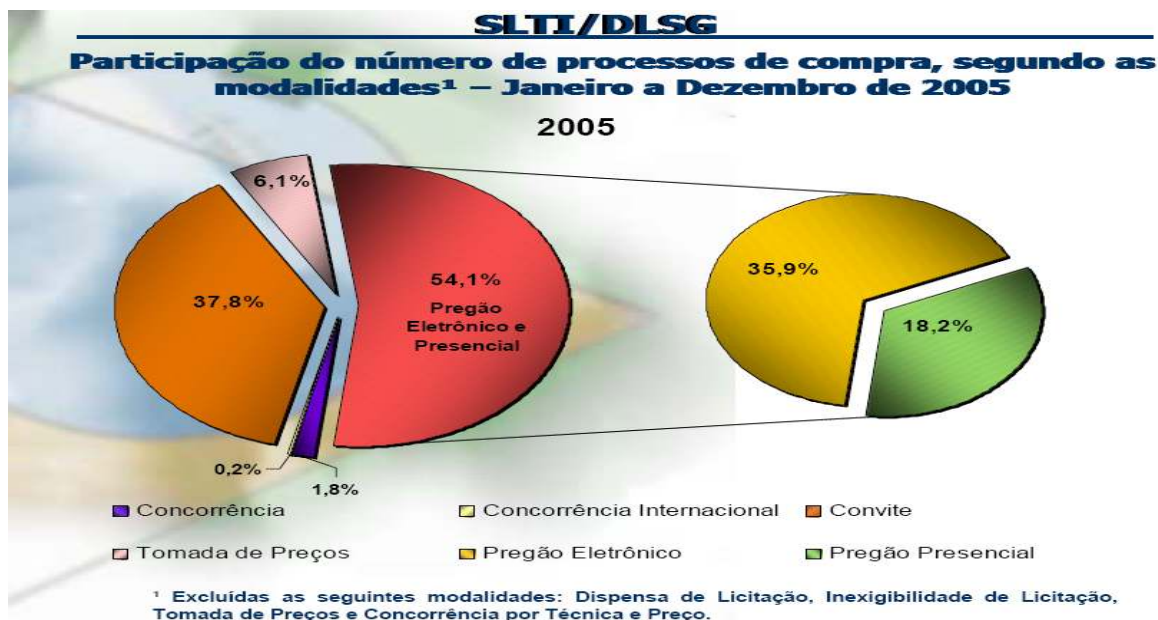
Logo abaixo, um quadro que comprova a evolução da utilização do pregão eletrônico em relação às outras modalidades e ao pregão presencial.

Figura 1: Participação do número de processos de compras no ano de 2004



Por meio deste gráfico é possível observar que o percentual correspondente ao número de participação nos processos de compras relativo ao pregão eletrônico é de 7,6 % do total geral e corresponde a 22 % em relação ao total do pregão presencial.

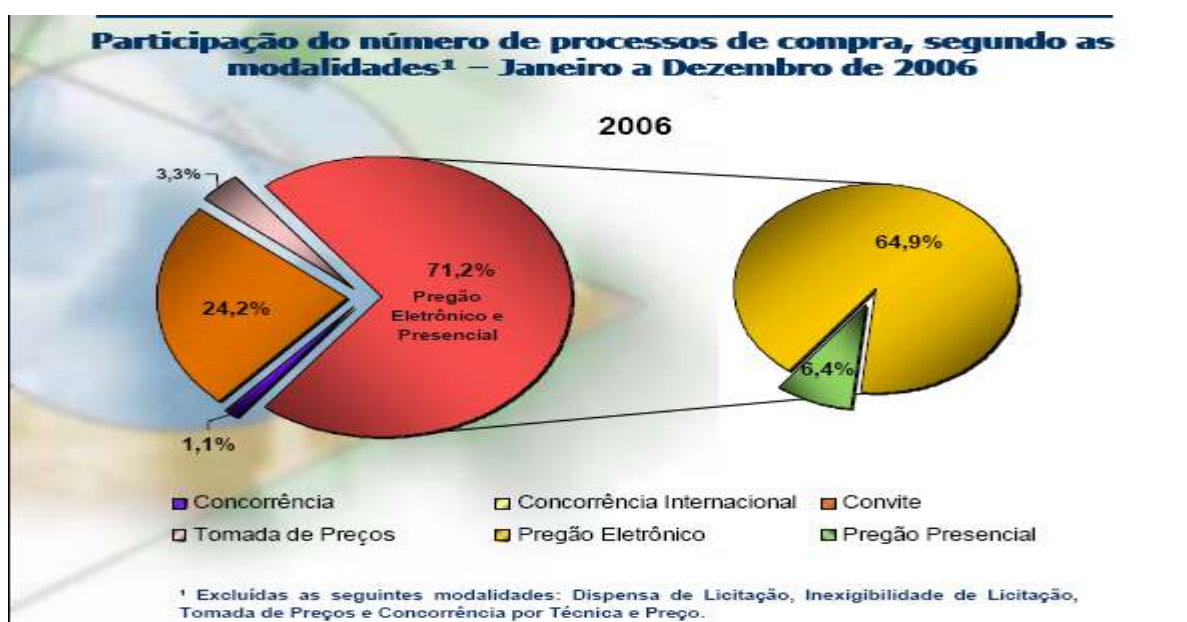
Figura 2: Participação do número de processos de compras no ano de 2005



Fonte: SLTI/DLSG

No ano de 2005 há um aumento neste percentual e a fatia que corresponde ao pregão eletrônico passa para 66 % em relação ao presencial.

Figura 3: Participação do número de processos de compras no ano de 2006



Fonte:SLTI/DLSG

O gráfico 3 demonstra um aumento expressivo pregão eletrônico no processo de compras em relação as outras modalidades de licitação e mais claramente em relação ao pregão presencial pois no ano de 2006 o numero de participação chega a 91 % .

#### **4.1 PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO EM ALGUMAS CIDADES DO BRASIL**

Por meio da modalidade pregão eletrônico várias entidades governamentais vêm divulgando que o valor final resultante da aquisição de bens e serviços tem sofrido reduções, constitui ponto relevante desta pesquisa analisar os resultados obtidos nos processos licitatórios de algumas prefeituras brasileiras e verificar as vantagens de sua implantação.

#### **4.2 PREGÃO ELETRÔNICO NA PREFEITURA DE COLATINA - ES**

Segundo matéria veiculada no site da prefeitura de Colatina ES em 28 de novembro de 2006, com o título “Prefeitura de Colatina economiza com Pregão Eletrônico”, é possível identificar os benefícios obtidos, economia, agilidade e desburocratização do procedimento.

[...] As compras realizadas pela prefeitura de Colatina por meio do Pregão Eletrônico, no período de quatro de julho a trinta e um de outubro deste ano, gerou economia de 18,06% para os cofres públicos. Os valores cotados para as licitações nessa modalidade foram de R\$ 1,832.521,93, mas com a negociação de propostas a administração municipal acabou pagando R\$ 1.587.023,30."O sistema de compra pelo Pregão Eletrônico está sendo positivo para a saúde financeira da Prefeitura de Colatina. Para se ter idéia, no período de quatro meses, a economia foi de R\$ 295.501,63", divulgou o secretário municipal de Administração, Adecir Pertel. Observou que o Pregão Eletrônico reduz 70% da tramitação burocrática dos processos, garantindo economia maior na aquisição de alguns itens que atendem demandas no contexto do setor público municipal. [...]

#### **4.3 PREGÃO ELETRÔNICO NA PREFEITURA DE PALMITAL – SP**

Outro exemplo de sucesso que pode ser citado é o da Prefeitura de Palmital - SP, a modalidade foi implantada em 2005 e obteve resultados expressivos de economia, com as sobras dos recursos foi possível fazer até planejamentos para investir em novas obras e serviços. Conforme matéria publicada no site da referida prefeitura em 19 de junho de 2006 com o título “Prefeitura completa 1 ano de Pregão Eletrônico e economiza R\$ 1,3 milhão” constam os valores e percentuais conseguidos com a realização do pregão eletrônico.

[...] A Prefeitura de Palmital está completando 1 ano e dois meses da implantação do sistema de Pregão Eletrônico, acumulando uma economia até então inédita. Com a necessidade de reduzir custos e agilizar seus processos de compra e contratações, já foram computados exatamente R\$ 1.306.768,70 de sobra de recursos que estão servindo para reforçar o orçamento público. A novidade foi implementada em abril de 2005. O pregão, espécie de leilão às avessas em que o vencedor é aquele que oferece o melhor preço, já teve desde então 81 sessões, proporcionando uma redução de 26% no valor das compras. No ano passado, as cotações alcançaram R\$ 2,2 milhões, mas foram gastos R\$ 1,7 milhão, garantindo R\$ 574 mil de economia. Desde o início de 2006, os 48 pregões já realizados economizaram R\$ 732 mil.[...]

#### **4.4 PREGÃO ELETRÔNICO NA PREFEITURA DE ARIQUEMES-RO**

A simplificação oferecida nos processos de compras com a Administração Pública vem sendo rapidamente adotados pelos entes governamentais, no estado de Rondônia não foi diferente, vários municípios já adotam a modalidade pregão eletrônico para aquisição de bens ou serviços. A cidade de Ariquemes foi uma das primeiras a utilizar a modalidade. Segundo matéria publicada em sete de julho de 2005 no site [www.relvado.rs.gov.br](http://www.relvado.rs.gov.br).

No primeiro pregão eletrônico utilizando o portal de compras municipais da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o CidadeCompras, a Prefeitura de Ariquemes (RO) economizou 47% na licitação de 176 itens. Foram adquiridos medicamentos para o município. O valor inicial do pregão foi de R\$ 744 mil e no final do processo chegou a R\$ 349 mil. Foi a primeira vez que um município de Rondônia utiliza o CidadeCompras. Foram 6 empresas participantes do processo, que aconteceu no dia 22 do mês passado. Segundo o pregoeiro Franklin Duarte, o treinamento foi essencial para a primeira utilização, mas somente a prática fornece mais habilidade no comando do sistema. “Foi muito interessante a utilização do CidadeCompras. Nossa primeira experiência nos trouxe mais prática para o próximo pregão. Em todos os momentos tivemos o suporte imediato do portal”, disse Duarte. A primeira experiência motivou próximas licitações. E já está marcado para dia 22 deste mês mais um pregão. Desta vez, serão licitados materiais hospitalares como seringas, luvas, suportes para soro. O Prefeito de Ariquemes, Confúcio Aires Moura, pretende divulgar o portal em todo o Estado, recomendando aos gestores a utilização da ferramenta e seus benefícios.

#### **5. ANÁLISE**

A pesquisa em questão objetivou apresentar os resultados dos dados conseguidos junto a prefeitura de Cacoal - RO e dos municípios de: Colatina - ES, Palmital - SP, Ariquemes - RO, e fazer uma análise de viabilidade da modalidade pregão eletrônico.

Com relação às modalidades de licitação utilizadas no município de Cacoal-RO, o pregoeiro responsável afirmou que são realizados os seis tipos de modalidades existentes, que são: Concorrência, Tomada de Preço, Convite, Concurso, Leilão e Pregão Presencial e Eletrônico.

Ao questionar sobre as dificuldades para implantação do Pregão Eletrônico, observou-se que a mesma esteve relacionada somente quanto à aquisição de um software específico que opera via internet e que foi conseguido junto ao Governo do Estado de São Paulo, e como a viabilidade de implantação desta nova modalidade já estava sendo estudada, a partir da aquisição deste software, não houve dificuldades relevantes.

Ainda de acordo com o pregoeiro, as modalidades de pregão eletrônico no ano de 2006 em média foram de 20 (vinte) sendo que em 2007 há a probabilidade de dobrar esse número. Ressaltando que os produtos licitados pela modalidade eletrônica tiveram seus valores estimados acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Os principais produtos licitados pela modalidade de pregão eletrônico no município de Cacoal são: combustível, material de expediente, produtos de informática, máquinas para área rural, aquisição de pneus, veículos e peças para veículos, dentre outros, tendo em vista a vultuosidade do valor destes produtos.

A porcentagem econômica com relação a estes produtos, é em torno de 30%, levando em consideração que o número de participantes é maior devido ao aumento de número de lances, onde a disputa será mais acirrada propiciando um preço mais barato para administração.

O custo operacional da modalidade Pregão Eletrônico esta relacionada com a publicação do edital, fica em torno de R\$ 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais) se tiver convênio com o Governo Federal.

Os recursos públicos devem ser utilizados de forma coerente na conservação, aprimoramento dos bens e serviços no interesse da coletividade; vez que os bons resultados obtidos através da análise mostra que o pregão eletrônico proporciona uma economia relevante, permitindo que a sobra dos recursos seja investida em novas obras e serviços que irão atender as necessidades da população, maior beneficiada com o desenvolvimento do município.

Observa-se que, de acordo com dados das prefeituras pesquisadas, há viabilidade de sua utilização, tendo em vista que todas apresentaram redução de custos significativos, desburocratização do processo, melhor gerenciamento da despesa pública e publicidade do procedimento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da internet veio para criar facilidades para Administração Pública junto aos cidadãos, fornecedores e contribuinte, no processo de relacionamento que visa desburocratização dos procedimentos implicando em comodidade aos usuários, redução dos custos operacionais, transparência no processo, em todo âmbito da Administração Pública.

A modalidade pregão eletrônico possibilita o aumento da oportunidade de participação nas licitações, acirrando a competitividade, podendo reduzir significativamente os custos garantindo economia ao erário público.

A implantação da modalidade pregão eletrônico superou as expectativas de seus idealizadores e de acordo com a evolução da utilização nos processos de compras tem garantido agilidade, desburocratização e economia.

Com relação aos dados coletados referentes à utilização da modalidade pregão eletrônico nos municípios de Colatina-ES, Palmital- SP, Ariquemes-RO e Cacoal- RO, pode-se notar que houve redução de custos, desburocratização e agilidade nos processos, e a sobra de recursos tem reforçado o orçamento público, o que comprova sua viabilidade.

A utilização da modalidade pregão eletrônico evidencia a tendência com relação às outras modalidades, tendo em vista os benefícios gerados à Administração Pública.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Sidney. **Pregão Eletrônico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 2005

BRASIL. Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Dispõe sobre a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, e da outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1992. Dispõe sobre as normas de licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências.

BRASIL. Lei n 8.429 de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e da outras providências.

BRASIL. Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 3.555 de 8 de agosto de 2000. Regulamenta a modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ª edição. São Paulo: Atlas 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão Comentários a Legislação do Pregão Comum e Eletrônico**. 4ª edição. São Paulo: Dialética, 2005.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratações**: estrutura da contratação, concessões e permissões, responsabilidade fiscal, pregão – parcerias público-privadas. 10ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

SANTANA, Jair Eduardo. **Pregão Presencial e eletrônico**: manual de implantação, operacionalização e controle. Belo Horizonte: 2006

SILVA, Arídio; RIBEIRO, J. Araújo; RODRIGUES, Luiz A. **Desvendando o Pregão Eletrônico: e -gov - cotação eletrônica – registro de preços – Internet administração pública**. Rio de Janeiro. Revan, 2002.

## SITES VISITADOS

COMPRASNET. **Pregão:** uma nova modalidade de licitação. Disponível em [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) acessado em 20/05/2007.

COLATINA. **Prefeitura de Colatina economiza com pregão eletrônico.** Disponível em [www.colatina.es.gov.br](http://www.colatina.es.gov.br) acesso em 20/05/2007.

JUSNAVIGANDI. **Pregão Eletrônico:** uma análise de sua evolução histórico-legislativa e das inovações decorrentes do Decreto nº. 5.450/ 2005. Disponível em [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br) acessado em 28/04/2007.

LICITAÇÃO. **Pregão uma nova modalidade de licitação.** Disponível em [www.licitacao.com.br](http://www.licitacao.com.br) acessado em 22/04/2007.

PALMITAL. **Prefeitura completa 1 ano de Pregão Eletrônico e economiza R\$ 1,3 milhão.** Disponível em [www.colatina.sp.gov.br](http://www.colatina.sp.gov.br) acessado em 14/05/2007.

PLANEJAMENTO. **Estatística do pregão eletrônico.** Disponível em [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br) acessado em 10/05/2007.

PREGAO. **Sobre o pregão Eletrônico.** Disponível em [www.pregao.com.br](http://www.pregao.com.br) acessado em 15/04/2007.

TCM. **Pregão.** Disponível em [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br) acessado em 15/04/2007.

VISCONDEDORIOBRANCO. **Ariquemes economiza 47 % no primeiro pregão eletrônico.** Disponível em [www.viscondedoriobranco.mg.gov.br](http://www.viscondedoriobranco.mg.gov.br) acessado em 30/04/2007.

## Anexo I

### Entrevista aplicada na Prefeitura de Cacoal RO

- 1-Tiveram dificuldades na implantação do pregão na prefeitura?
- 2-Quantos pregões eletrônicos foram realizados (Média) na prefeitura Cacoal?
- 3-Quais as áreas/produtos que são licitados ou já foram licitados pelo pregão eletrônico da prefeitura de Cacoal?
- 4-Qual a porcentagem de economia (Média) na aquisição destes produtos?
- 5-Qual o custo operacional na realização do pregão eletrônico referente à Publicação do edital; Impressão do edital; Gastos com pessoal envolvido no processo;?
- 6-Quais são as modalidades de licitação utilizadas pela prefeitura de Cacoal além do pregão eletrônico?

## **Anexo II**

**DECRETO Nº 3.784, DE 6 DE ABRIL DE 2001** que promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o Anexo II do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória no 2.108-12, de 27 de março de 2001,

### **D E C R E T A:**

**Art. 1º**-O Anexo II do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, passa a vigorar na forma do Anexo a este Decreto:

**Art. 2º** -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** -Fica revogado o art. 2º do Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000. Brasília, 6 de abril de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

**CARDOSO**

**FERNANDO HENRIQUE**

**Martus Tavares**

D.O.U. 9.4.2001

## **ANEXO**

(Anexo II do Decreto nº 3.555, de 2000)

### **CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS**

#### **BENS COMUNS**

##### **\* Bens de Consumo**

- Água Mineral
- Combustível e lubrificante
- Gás
- Gênero alimentício
- Material de expediente
- Material hospitalar, médico e de laboratório
- Medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos
- Material de limpeza e conservação
- Oxigênio
- Uniforme

\* Bens Permanentes

- Mobiliário
- Equipamentos em geral, exceto bens de informática
- Utensílios de uso geral, exceto bens de informática
- Veículos automotivos em geral
- Microcomputador de mesa ou portátil ("notebook"), monitor de vídeo e impressora

**SERVIÇOS COMUNS**

\* Serviços de Apoio Administrativo

\* Serviços de Apoio à Atividade de Informática

- Digitação
- Manutenção

\* Serviços de Assinaturas

- Jornal
- Periódico
- Revista
- Televisão via satélite
- Televisão a cabo

\* Serviços de Assistência

- Hospitalar
- Médica
- Odontológica

\* Serviços de Atividades Auxiliares

- Ascensorista
- Auxiliar de escritório
- Copeiro
- Garçom
- Jardineiro
- Mensageiro
- Motorista
- Secretária
- Telefonista

\* Serviços de Confecção de Uniformes

\* Serviços de Copeiragem

\* Serviços de Eventos

\* Serviços de Filmagem

\* Serviços de Fotografia

\* Serviços de Gás Natural

\* Serviços de Gás Liquefeito de Petróleo

\* Serviços Gráficos

\* Serviços de Hotelaria

\* Serviços de Jardinagem

\* Serviços de Lavanderia

\* Serviços de Limpeza e Conservação

\* Serviços de Locação de Bens Móveis

\* Serviços de Manutenção de Bens Imóveis

- \* Serviços de Manutenção de Bens Móveis
- \* Serviços de Remoção de Bens Móveis
- \* Serviços de Microfilmagem
- \* Serviços de Reprografia
- \* Serviços de Seguro Saúde
- \* Serviços de Degravação
- \* Serviços de Tradução
- \* Serviços de Telecomunicações de Dados
- \* Serviços de Telecomunicações de Imagem
- \* Serviços de Telecomunicações de Voz
- \* Serviços de Telefonia Fixa
- \* Serviços de Telefonia Móvel
- \* Serviços de Transporte
- \* Serviços de Vale Refeição
- \* Serviços de Vigilância e Segurança Ostensiva
- \* Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica
- \* Serviços de Apoio Marítimo
- \* Serviço de Aperfeiçoamento, Capacitação e Treinamento